

ASPECTOS DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Ricardo Azevedo Silva*

INTRODUÇÃO

A questão da privatização no Brasil oferece um vasto campo para discussão. Na década atual temos presenciado um elevado número de empresas públicas e concessões passando para as mãos da iniciativa privada, muitas delas pertencentes a setores estratégicos. Com isto, vem sendo reduzida significativamente a presença do Estado na economia do país. Devido ao vulto desse processo, certamente seus reflexos não serão poucos, e, avaliá-lo constitui importante tarefa.

Até que ponto o país irá usufruir das vantagens apontadas pelos analistas favoráveis à privatização, torna-se um ponto a ser explorado.

Ao entrar nesta discussão, a primeira parte deste ensaio expõe o discurso favorável à privatização; a segunda parte discute a importância das empresas estatais e as implicações da privatização na economia. A terceira parte discorre sobre como tem sido conduzido o processo de privatização brasileiro e aponta seus resultados. Finalizando apresento algumas considerações finais.

A VISÃO FAVORÁVEL À PRIVATIZAÇÃO E SUA CRÍTICA

O Programa Nacional de Desestatização (PND) instituído no governo Collor constitui marco efetivo de um movimento de privatização de grandes proporções no Brasil. Esse programa tem na redução da dívida e déficit público um de seus objetivos básicos. Prevê também a promoção da competitividade e da democratização do controle do capital das empresas brasileiras.

Os propósitos oficiais com que se impõem as privatizações no Brasil baseiam-se em argumentos basicamente encontrados na visão liberal.

A política econômica liberal defende o enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia (Cano, 1995).

A visão liberal afirma que há pe-

netração excessiva do Estado na atividade produtiva e, sustenta ainda, que a empresa estatal é intrinsecamente ineficiente. Para esses liberais, a empresa estatal é sempre passiva de "captura" e subordinação como instrumento de política econômica bem como instrumento de interesses "particularistas". (Prado, 1994).

Para os liberais ocorre uma desordenada imposição de diretrizes governamentais às empresas estatais. A desestatização é tida como um elemento fundamental para aumentar a eficiência e a competitividade dos países e assim, conferir viabilidade à maior penetração das importações. Dessa forma, a privatização faz parte de um processo mais amplo de mudança institucional, com alcance geográfico e de forma abrangente. Defendem a execução de um programa de desestatização combinado com abertura ao exterior e desregulamentação da atividade econômica.

Outro grupo de analistas, embora reconhecendo o importante papel desempenhado pela intervenção estatal na política de industrialização, entende que essa função teria se esgotado após a complementação do processo de substituição de importações e da plena implementação dos setores básicos. Vêm a privatização como um desdobramento natural, acreditando na superioridade do livre mercado para ordenar o processo de crescimento e modernização da economia.

Dentre os principais argumentos do propósito oficial, aparece constantemente e com maior ênfase a promessa de que a privatização traria preços mais baixos para o consumidor graças a maior eficiência das empresas privatizadas.

Prado (1998), entretanto, atenta para o fato de que uma empresa pode ser mais "privada" nas mãos do Estado do que com a iniciativa privada, dependendo do grau que essa empresa estatal se aproxima ou se afasta de um *tipo ideal de gestão privada*. Os fatores que afastam as empresas estatais desse tipo ideal constituem argumento para aqueles que defendem a privatização. Esses fatores se manifestam na:

a) Política de compras (insumos e bens de capital) que incorpora objetivos de políticas econômicas globais (balanço de pagamentos) ou setoriais (políticas industriais e regionais), ou privilegia grupos ou setores econômicos por razões política;

b) Política de emprego e salários incorporando objetivos de política macroeconômica ou regional ou assimilando pressões corporativas dos sindicatos do setor estatal;

c) Políticas de preços e tarifas incorporando objetivos de subsídio setorial ou de programas de estabilização, ou ainda, assimilando interesses privados à frente dos setores estatais sediados em setores básicos.

Para Pinho & Silveira (1998), embora o PND postule entre seus objetivos a promoção da competitividade e a democratização do controle do capital das empresas brasileiras, a privatização emerge e se legitima politicamente no Brasil como uma resposta às dificuldades financeiras do Estado, e onde os objetivos fiscais, centrados na redução da dívida e do déficit público, tem sido perseguidos de maneira prioritária.

Joemir Beting (1999), vê na privatização uma forma de obter recursos para o Estado amortizar a dívida. Segundo Beting, a dívida pública custa mais de 21% ao ano, enquanto que o ativo rende menos de 1% ao ano para o Estado. Porém, esse analista não entra no mérito das causas do baixo retorno das empresas estatais, questão que será explorada na parte final deste ensaio.

IMPLICAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO

Como anteriormente assinalado, os liberais vêem a privatização como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao bom funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de empresas produtivas e reduzindo sua atuação à regulação sobre a economia. Todavia, segundo Cano, este receituário implica, em pelo menos, nos seguintes problemas:

1. a recorrente solução privada, em que o Estado assume o passivo (financeiro e trabalhista) das empresas estatais privatizadas, ao contrário do que afirma o discurso neoliberal, só tende a agravar o déficit público;

2. o novo controle realiza ajustes com cortes significativos de mão-de-obra agravando o problema do desemprego na economia brasileira;

3. para que a iniciativa privada se interesse por velhas empresas estatais e de setores menos dinâmicos que virão a sofrer com o choque da 3ª revolução industrial, essas empresas deverão ser praticamente doadas. Entretanto, os setores altamente poluidores ainda atraem interesses, visto a resistência à novas plantas;

4. o setor privado ao necessitar operar com preços de mercado reajustados prejudica as políticas de estabilização e de competitividade (aberta).

As previsões de Cano se concretizaram na maioria dos países, entre os quais se destacou o Brasil. Além do mais, outros problemas resultaram dos modelos de privatização adotados. A venda de empresas estatais agravou a desnacionalização das economias em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, diminuindo ainda mais seus incipientes graus de liberdade econômica e soberania tecnológica, via aumento das importações intermediárias, como tem se observado entre as empresas privatizadas dos setores de siderurgia e telecomunicações. Fator que contribuiu para que o país apresente atualmente um déficit estrutural em sua balança de pagamentos. Como o Prof. Luiz G. Belluzzo destacou, em debate *on line* promovido pelo site PATAGON em 14/02/2001, nem a forte desvalorização cambial foram suficientes para reverter o insistente saldo negativo que a balança comercial brasileira vem apresentando, o que reforça a análise de que o déficit é estrutural. Prevê assim, que com o provável crescimento da economia nacional em 2001, o déficit comercial se elevará.

Para Cano (1995), o enxugamento do Estado deve obedecer a objetivos claros da política econômica. Antes de objetivar diminuir o déficit público e atender aos ditames de uma política de tendência neoliberal, tal política deve ser readequada para atender ao resgate da dívida social, para retomada do cres-

cimento e obedecendo a estratégias de desenvolvimento. Com tal objetivo, a privatização deveria seguir objetivos de política industrial e de substituição de antigos setores estratégicos de forma pura e em cooperação com o setor privado.

Sulamis Dain em sua tese de doutorado "**Empresa Estatal e capitalismo Contemporâneo: uma análise comparada**" (1980), aponta a importância da participação estatal em setores que não atraem a iniciativa privada, devido ao volume de capital necessário e aos longos prazos de maturação do investimento. Por vezes, como o capital privado nacional não foi capaz de enfrentar por sua conta e risco a trajetória internalizada no país, sem a intervenção do Estado muitos investimentos não teriam sido realizados. Dain mostrou como o capital estatal teve importância para detonar o processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Para ela (1980:244):

"Assim, como na Europa, a atividade empresarial do Estado se localizou prioritariamente em setores que, sendo eles essenciais na cadeia de relações inter-industriais, não correspondem aos interesses diretos do setor privado nacional ou estrangeiro, no que diz respeito à alocação ideal para seus próprios investimentos."

Como mostrou João Manuel Cardoso de Mello, em seu livro "**O Capitalismo Tardio**" (1991:118)

"A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também, por lhe gerar demanda."

No Brasil, o governo investiu nos setores de infra-estrutura básica e social. Ficaram a cargo do Estado os investimentos em mineração, transporte rodó-ferroviário, siderurgia, petróleo, energia elétrica (geração, transmissão e posteriormente distribuição) e telecomunicações.

Mediante esses investimentos, o parque industrial brasileiro passou por uma grande transformação, pois ao internalizar os setores de bens de consumo duráveis e de capital o desenvolvimento econômico se libertou das amarras que prendiam sua autodeterminação e passou a ditar a dinâmica interna, ou seja, o investimento passa a ser variável

autônoma do gasto não sendo mais determinado por variáveis exógenas. Como mostra Cardoso de Mello (1991:117):

"A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira 'onda de inovações' schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo 'salto tecnológico'; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineia um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados".

Mais mostrou assim, a importância que o Estado brasileiro teve para garantir esse novo padrão de acumulação, pois foi através dele que as forças produtivas especificamente capitalistas foram internalizadas no país.

As empresas estatais exerceram o papel central de puxar a dinâmica industrial, pois ao estimularem o desenvolvimento econômico, via compra de produtos de empresas privadas nacionais e através da venda de produtos subsidiados, estavam estimulando o fortalecimento do capital privado nacional, criando assim, uma integração industrial e formando o mercado interno para as inversões nacionais e do capital privado internacional.

Prado (1998) relaciona diferentes motivos que induzem a ocupação direta da produção pelo Estado:

- a) *implantação de setores econômicos estratégicos em economias com baixa disponibilidade de capital;*
- b) *interesse em controlar/interferir na composição e no volume da demanda agregada e setorial;*
- c) *garantia de oferta de insumos básicos e estratégicos;*
- d) *sustentação de indústrias e/ou empresas em dificuldades econômicas e financeiras, seja por se tratar de setores estratégicos, seja num contexto de políticas regionais de emprego;*
- e) *limitações do mercado como agente condutor do processo de*

crescimento econômico.

O elevado nível de desemprego atua como um grande inibidor da privatização uma vez que a gestão privada invariavelmente impõe cortes significativos de mão-de-obra no curto prazo. Ao colaborar para o desemprego e para desnacionalização, destruindo empresas nacionais, o processo gera instabilidade política.

Apesar da argumentação liberal, a corrente contrária, exposta nesta segunda parte deste ensaio, atenta para a incapacidade do livre mercado em operar o crescimento e estabilidade diante de um quadro de atraso econômico, e que a rota para a estabilização e superação deste atraso demanda reformas estruturais no plano político, econômico e institucional que exigem a presença ativa do estado. Dessa forma, cabe a empresa estatal prover, de forma articulada com as direções da acumulação privada, a infra-estrutura, os bens de produção e demanda seletiva onde o mercado não atua.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

As condições em que foram realizadas as alienações das participações do Estado no capital das empresas estatais no Brasil geraram muitas controvérsias. Dentre elas podemos relacionar: o questionamento da ordem cronológica de venda das empresas, a conjuntura inicialmente adversa à venda de ativos produtivos, os parâmetros de avaliação das empresas e a utilização de *moedas podres* como meio de pagamento.

O valor de venda das empresas privatizadas, a evolução dos preços de suas ações e os altos ganhos de capital auferidos na sua revenda por alguns dos seus compradores permite julgar que os mecanismos adotados na privatização não foram, de fato, os ideais para maximizar a receita obtida pela União. Esses pontos, levantam dúvidas quanto ao rigor com que foram definidas as condições de venda. Algumas instituições bancárias obtiveram lucros entre 100 e 400% nesse processo (Pinho & Silveira, 1997 e 1998)

Os resultados da Política de privatização no campo fiscal, se contabilizados adequadamente, apresentam resultado fiscal líquido muito aquém das expectativas, isto é, considerando o cancelamento dos rendimentos dos ativos alienados, os

processos de saneamento pré-venda e as dívidas das estatais absorvidas pela União. Tais fatos têm gerado dúvidas quanto à capacidade da privatização servir de esteio ao ajuste fiscal mesmo entre analistas favoráveis ao processo.

A venda das empresas estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo, e o dinheiro arrecadado com essa venda serviria ainda, para reduzir também a dívida interna. Porém, aconteceu o contrário: as vendas foram um excelente negócio para os compradores e o governo engoliu dívidas das estatais de todos os tipos, ou seja, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que compraram as estatais não usaram capitais próprios, mas tomaram empréstimos lá fora para fechar negócios. Dessa forma, aumentaram a dívida externa do Brasil. Um exemplo foi o empréstimo de 1 bilhão de dólares que a Vale do Rio Doce tomou no exterior para compra da Light, que por sua vez trouxe mais 1,2 bilhões de dólares para compra da Eletropaulo.

Biondi (1999) demonstra claramente as contradições do processo de privatização brasileiro registrando fatos no mínimo intrigantes. Com relação aos desembolsos realizados pelo Estado antes do processo de privatização, o autor nos chama a atenção para os seguintes números:

a) antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais nesse setor em dois anos e meio (1996/1998) e vendeu tudo por uma entrada de 8,8 bilhões de reais. No total, mesmo considerando o valor em moedas podres, o Sistema Telebrás foi vendido por 23 bilhões de Reais, sendo o saldo líquido de 2 bilhões de reais. A prova de que foi um péssimo negócio, está no resultado do leilão recente de concessões da banda D de telefonia celular, onde além de não haver ativo envolvido trata-se de um pequeno segmento a ser explorado, em que Estado obteve valor superior aos 2 bilhões de reais obtidos com a venda de todo o Sistema Telebrás.

b) antes de privatizar, o governo realizou demissões maciças de trabalhadores, ou seja gastou bilhões com o pagamento de indenizações e direitos trabalhistas,

que na verdade seriam de responsabilidade dos compradores. Na venda do Banerj, por exemplo, o comprador pagou só 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou antes um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos trabalhistas.

c) o Estado investiu 21 bilhões de reais nas empresas do sistema Telebrás, 4,7 bilhões de reais na Aço Minas, 1,9 bilhões na CSN.

d) após investir 4,9 bilhões para que a produção de petróleo do Campo de Marlin atendesse a 20% da demanda do país, a Petrobrás foi obrigada a aceitar 20 sócios que irão investir 7 milhões de reais cada um, além de assumirem um empréstimo de 1,3 bilhões e participar com 30% dos lucros. Sendo assim, esses novos sócios na verdade só serviram para obter esse empréstimo que, facilmente seria concedido à Petrobrás no exterior. Além de que, a Petrobrás ainda foi obrigada a entregar todas as pesquisas realizadas sobre possíveis jazidas de petróleo para esses novos sócios, que demandaram altas quantias em várias décadas, de estudos por apenas 300 mil reais.

e) antes da privatização o Estado de São Paulo demitiu 10.026 funcionários e ainda ficou responsável pelo fundo de pensão.

No que diz respeito às negociações das vendas das estatais, Biondi cita fatos que põem em cheque os resultados obtidos e os benefícios para nação:

a) na privatização da rodovia dos Bandeirantes em São Paulo, a empreiteira que ganhou o leilão está recebendo 220 milhões de reais de pedágio por ano desde que assinou o contrato - e até abril de 1999 não havia começado a construção da nova pista;

b) a CSN foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em "moedas podres" - vendidas aos "compradores" pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e financiadas em 12 anos com juros privilegiados;

c) essas "moedas podres" que foram aceitas nas negociações, podiam ser encontradas no mercado de capitais por 50% do seu valor escritural. Isto possibilitou a compra de ações pela metade do preço. Houve casos de pagamento em moeda podre de mais de 90% do valor das empresas;

d) no caso das siderúrgicas, o Es-

tado, para tornar sua venda mais atrativa, despendeu antes das vendas 42% do valor que veio auferir. Sem contar que grande parte do valor auferido foi paga a prazo e também com moedas pedres (Pinho & Silveira, 1998). Na venda da Cosipa, por exemplo, o Estado assumiu uma dívida de 1,5 bilhões de reais e recebeu 300 milhões;

e) por incrível que possa parecer, algumas estatais foram vendidas com dinheiro em caixa. A Vale do Rio Doce foi vendida com 700 milhões de reais em caixa. A Telesp que possuía 1 bilhão de reais em caixa, foi vendida por 2,2 bilhões, ou seja com quase 50% de desconto;

f) as condições de pagamento foram extremamente vantajosas permitindo entradas de 10% a 20%, com prazos de 30 anos para pagamento (como no caso das ferrovias) e com financiamento de 50% da entrada pelo BNDES, quando, no caso, o comprador fosse uma empresa nacional ou mesmo que apenas participasse do consórcio. Esta condição caiu por decreto presidencial em 24 de maio de 1997 e o BNDES ficou obrigado a até emprestar para empresas estrangeiras, enquanto neste mesmo momento continuava proibida de realizar empréstimos para estatais brasileiras;

g) o governo poderia ter optado pela pulverização das ações, vendendo-as à população, evitando a concentração do capital, prática que ocorreu como parte da política de privatização na Inglaterra, França e Itália;

h) o cálculo do valor de venda foi baseado no faturamento desprezando todo o custo de pesquisa e implantação das plantas;

i) inicialmente o PND estipulou margens de nacionalização para telefonia, mas acabou por abolir tal condição;

j) existiram casos em que as estatais foram vendidas com altos volumes de estoque, como no caso da Telesp, com estoques que duraram 8 meses;

k) através de acordos, várias empresas estrangeiras assumiram a direção de estatais mesmo detendo menores parcelas na participação acionária. Exemplo, foi o caso da empresa francesa EDF que assumiu o controle da Light com apenas 11,4% das ações.

Uma das principais justificativas dos defensores da privatização, era

que a maior competição e a maior eficiência das empresas privadas trariam preços mais baixos para o consumidor. Entretanto alguns fatos contradizem tais argumentos:

a) no caso dos serviços públicos, antes das privatizações, o governo já havia começado a aumentar as tarifas. Para as telefônicas, reajustes chegaram até 500% a partir de novembro de 1995 e, para as fornecedoras de energia elétrica, aumento atingiu os 150%. Foi dado ainda garantia de reajustes anuais de acordo com a inflação, podendo também "os compradores das empresas de energia" aumentar preços se houver algum imprevisto como no caso da mádesvalorização do real ocorrida no começo de 1999;

b) no caso das siderúrgicas os aumentos de preço chegaram a 300%, como ocorreu com o aço;

c) em relação ao aumento da competitividade não podemos até então notar evolução. Ao menos no que tange as siderúrgicas, já se pôde constatar um aumento da concentração do capital;

d) as empresas telefônicas têm como obrigação reduzir as tarifas dos serviços locais somente a partir do ano 2001. Assim, combinou-se que as tarifas não deveriam cair em 1998, 1999 e 2000. E, para os serviços locais a queda máxima combinada é de 4,9% no total até 2005.

No que diz respeito à melhoria na qualidade dos serviços e a promessa de punição para os compradores das estatais que não atingissem as metas definidas nos contratos, Biondi levanta as seguintes questões:

a) as metas estabelecidas para os compradores das telefônicas a princípio somente passariam a valer a partir de dezembro de 1999;

b) no caso da Light, o contrato previu e autorizou a piora dos serviços. Foi permitido um número maior de blecautes ou "apagões" e também período de interrupções mais prolongadas no fornecimento de energia;

c) as multas fixadas para as empresas de energia que desrespeitam até os limites "simpáticos" combinados com o governo são de apenas 0,1% do faturamento anual, quantia muito abaixo dos investimentos necessários ao bom funcionamento dos serviços.

O argumento segundo o qual as estatais dão prejuízos e as empresas

privadas estão dando lucros logo no primeiro ano de privatização, podemos explicar as razões desses lucros apresentados pelas empresas privatizadas:

a) aumento de tarifas e preços. Os reajustes de 100% 300% 500% antes da privatização, garantiram assim imensos lucros aos futuros compradores;

b) os cortes no quadro de pessoal propiciaram aumentos de rentabilidade. Exemplo disto ocorreu nas siderúrgicas privatizadas;

c) o saneamento das contas das estatais e os investimentos promovidos pelo Estado propiciam o crescimento dos lucros e permitem aumentos de investimentos;

d) a concessão de empréstimos pelo BNDES para expansão das atividades a juros privilegiados constitui outro motivo. Exemplos desses fatos foram os empréstimos de 730 milhões de reais para a Light e 1,1 bilhões de reais para CSN;

"...as empresas multinacionais ou brasileiras que compraram as estatais não usaram capitais próprios, mas tomaram empréstimos lá fora para fechar negócios. Dessa forma, aumentaram a dívida externa do Brasil."

e) a inexistência de compromissos com o desenvolvimento do país permitiu, por exemplo, que as compras de bens intermediários fossem direcionadas para o exterior, trazendo significativos impactos na balança comercial em detrimento da nacionalização da produção. Exemplos disto podem ser constatados nas siderúrgicas e empresas de telecomunicação. De 1993 a 1998 as compras de equipamentos no exterior realizadas pela área de telecomunicações passaram de 280 milhões de dólares para 2,8 bilhões (1000%), deixando um déficit

setorial de 2,5 bilhões de dólares. Devemos ainda considerar que muitos equipamentos eletrônicos são utilizados na telefonia, o que fez com que o déficit subisse, uma vez que o déficit no comércio exterior destes produtos chega 8 bilhões de dólares em 1998;

f) ao comprador do Banerj foi assegurado o monopólio por 5 anos das contas dos funcionários públicos, recebimentos de impostos e contas em geral do governo estadual.

g) os prejuízos atribuídos aos bancos estatais, muitas vezes, foram gerados pelo próprio Estado. Um bom exemplo é o caso do Banco do Brasil que anunciou um prejuízo de 6 bilhões de reais no primeiro semestre de 1996, pois foi obrigado a comprar 5,5 bilhões de reais em títulos já vencidos da dívida externa e 1,7 bilhões de reais em títulos federais utilizados para comprar da Acesita, siderúrgica que aliás pertencia ao BB. Fatos semelhantes aconteceram pelo menos com a CEF e com o Banespa, que foi quebrado pelo governo de São Paulo.

A simples atualização das tarifas, há muito congeladas, levou a algumas empresas a obtenção de melhores resultados antes de serem privatizadas. Como exemplo, podemos citar a Telebrás, que só no primeiro semestre de 1997, incrementou seus lucros em 250%. Fenômeno similar aconteceu com as empresas de energia elétrica, como um salto de 200% nos lucros da Eletrobrás. Imaginem então se as empresas estatais não tivessem sido utilizadas para fins estratégicos de combate à inflação e política de crescimento da economia brasileira; com certeza não lhes faltariam recursos para investimento, desmontando o argumento que tais empresas são incapazes de arcar com os recursos necessários para investimento e atender a demanda. Isto, sem falar que tal argumentação esquece que, em 1989, o BNDE (atual BNDES), ficou proibido por decreto presidencial de financiar as empresas estatais. Todavia, após as privatizações, 8,2 bilhões dos 17 bilhões de reais emprestados pelo BNDES se destinaram ao setor de infra-estrutura. Como se pode dizer que a malha ferroviária é incapaz de arcar com seus investimentos quando seus compradores avaliaram em 12 milhões, por ano, o investimento necessária para recuperar 400 locomotivas, valor irrisório para

o BNDES perto do que ele emprestou aos diversos compradores de estatais?

Sendo assim, os resultados positivos apregoados pelos defensores da política de privatização não foram obtidos sem custos consideráveis para o Estado e a Nação. As condições de compra, a redução dos custos, elevação dos preços, as transferências de endividamento das estatais para o Estado, dentre outros fatores, independe de que a suposta eficiência privada tivesse peso decisivo nos resultados financeiros positivos apresentados por parte das empresas privatizadas.

Ao acusarem as empresas Estatais de ineficiência, a argumentação liberal se esquece que mesmo atendendo a estratégias de política econômica, diversas dessas empresas estatais vinham se destacando internacionalmente, como é o caso da Petrobrás, Vale do Rio Doce, Embraer, Telebrás, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas últimas décadas do séc. XX, os neoliberais aliados e encastelados na maioria dos Governos, incapazes de criticar e/ou negar consistentemente o importante papel exercido pela ação direta do Estado na produção, usou seu poder de cooptar a mídia para justificar as privatizações, expondo à sociedade civil a falsa idéia de que as empresas estatais, além de serem deficitárias, retiram o dinheiro que o governo deveria gastar em saúde, educação, segurança, saneamento básico e outras atividades sociais. Outro grande objetivo da privatização foi reduzir o déficit público.

Ocorre que o elevado nível de desemprego existente atualmente na nossa economia, resultado da implementação das políticas neoliberais, uma vez que a gestão privada invariavelmente impõe cortes significativos de mão de obra no curto prazo, não considera a perda do importante papel estratégico que as empresas estatais exercem para o crescimento sócio-econômico e equilíbrio macroeconômico.

Ao colaborar para o desemprego e também para desnacionalização, o processo de privatização contribui para gerar prejuízos sócio-econômicos e assim gerar instabilidade política.

Cabe aqui uma ressalva, tendo em conta os diferentes modelos de privatização, o processo de privatização francês foi o que mais se

aproximou de uma ação democrática, tendo em vista que se utilizou da pulverização das ações entre a população, sem que o Estado perdesse o controle acionário, ou quando permitiu a compra de grandes lotes de ações votantes por diferentes grupos de investidores. Dessa forma, o Estado continuou ao menos com poder de interferir nas decisões das empresas, particularmente das empresas estratégicas para o funcionamento da sua economia. Porém, o principal objetivo desse processo de privatização foi reduzir o déficit público, e obter o chamado "prêmio de controle" que elevou substancialmente o preço das empresas a serem privatizadas.

Acontece que o caso em que o Estado ao invés de privatizar uma empresa de determinado setor permite a entrada de outras empresas, para viabilizar uma ampliação da oferta neste setor, torna socialmente mais benéfico o crescimento e desenvolvimento econômico, haja vista que a presença de uma estatal poderia ajudar a conter a elevação dos preços pagos pelo consumidor. Porém, essa concorrência poderia fazer com que o interesse de entrada do capital privado diminuísse em virtude do que possa ocorrer com o comportamento desse concorrente atípico(estatal), que pode conter os preços de mercado, porque tem no Tesouro um garantidor em última instância de sua sobrevivência e assim poderia limitar as margens de lucro, que um sistema privado oligopólico ou cartelizado procura viabilizar e/ou maximizar.

O interesse do capital privado seria menor também se o Estado, especialmente os endividados e com déficit de empregos, no intuito de estimular as exportações e a geração de vagas de trabalho, estabelecesse metas de exportação e de geração de empregos para serem atingidos pelos possíveis compradores. Mas, na atualidade o que tem prejudicado o objetivo principal da maioria dos processos de privatização adotados é a necessidade de arrecadar recursos para reduzir o déficit público.

Um balanço da venda das estatais no Brasil realizado por Biondi, utilizando números oficiais até o fim de 1998, apresenta que o comportamento da receita obtida pelo Estado brasileiro não justifica o modelo de privatização adotado. Este autor mostra que o resultado final é altamente questionável:

Valores atribuídos às vendas das estatais

passivo das empresas.....	16,5
valor financiado.....	49,1
valor pago em moedas podres.....	8,9
valor pago em moeda corrente.....	10,7
juros auferidos com a entrada.....	nd

valores que não entraram ou que saíram dos cofres públicos

passivo repassado.....	16,5
juros acumulados sobre as dívidas.....	8,7
investimentos feitos anteriormente.....	28,5
juros sobre os investimentos.....	8,9
pagamentos em moedas podres.....	8,9
dinheiro em caixa.....	1,7
dívidas assumidas pré-vendas.....	16,1
compromissos assumidos aposentadorias.....	incalculável
lucros cessantes.....	incalculável
prejuízos com juros subsidiados.....	incalculável
despesas com demissões pré-vendas.....	incalculável

total.....85,2
Saldo.....-4,1

total.....89,3

Sendo assim fica a pergunta: a quem beneficiou esse processo e aonde se pretende chegar com o modelo de privatização adotado no Brasil?

A partir deste levantamento sobre o processo de privatização no Brasil, tudo nos leva a crer que tal política apresenta resultados diferentes do discurso e dos propósitos

oficiais que baseou sua implantação.

Além de que, perdemos instrumentos estratégicos de política econômica e de promoção do desenvolvimento e da equidade social. Pois como se sabe, numa economia como a brasileira em que ainda há setores e regiões fortemente carentes de acesso a insumos modernos, a indução do de-

envolvimento sócio-econômico é uma tarefa da qual as agências federais de regulação não deveriam se eximir ●

*Ricardo Azevedo Silva é economista, Mestrando em Desenvolvimento Espaço e Meio Ambiente IE/ UNICAMP e bolsista da CAPES.

a nossa política

*José Machado Moita Neto

O livro *I da Política de Aristóteles* traz alguns aspectos interessantes do pensamento aristotélico.

O primeiro é relativo a metodologia usada para enfrentar as questões: dividir os problemas em tantas partes quantas sejam necessárias para o entendimento do todo. Este método ainda hoje tem utilidade didática.

O segundo aspecto interessante do livro *I* é a visão que Aristóteles tem do homem como "animal cívico" que justifica inclusive um livro do autor sobre política. Quantas vezes desejamos isto dos políticos e, contudo, faltamos as nossas reuniões de condomínios?

A visão de Aristóteles sobre a mulher e a criança não apresenta nada de extraordinário pois, traduz apenas a realidade histórica vivida pelo autor. Neste sentido, ele foi um homem do seu tempo. Fora do tempo é a mesma visão aristotélica nos dias de hoje. Basta pensar no machismo que ainda permeia nossa sociedade.

Por fim, em relação à escrava-

tura, a polêmica posição de Aristóteles necessita de uma visão mais ampla sobre a questão. Primeiramente é preciso não defendê-lo: ele foi explícito em afirmar a existência de uma natureza diferente entre os homens livres e escravos apoiando assim a prática comum da escravidão de seu tempo. Além disso, assumiu conhecer posição diferente da sua, que admitia a igualdade de todos os homens e, mesmo assim, insistiu na diferença da natureza em homens livres e escravos. Por outro lado não podemos atacá-lo: ele observou a existência de homens que nasceram para o comando e de outros para a obediência e associou esta visão para explicar a diferença em "natureza" dos homens e justificar assim a escravatura. Percebeu que em alguns regimes políticos há uma alternância de poder que transforma o que comanda no que obedece e vice-versa.

Mesmo deixando de lado a complacência da visão historicista,

podemos claramente identificar o mesmo pensamento aristotélico na ideologia dominante da sociedade que vivemos em relação as classes menos favorecidas.

Portanto, embora não concorde com Aristóteles, percebo que o Brasil, o país das desigualdades, faz eco aos seus pensamentos neste campo. Como serão julgados pela história aqueles cidadãos mais justos de nossa época, inclusive eu, que pagam cento e oitenta reais mensais para uma empregada doméstica e gastam trinta reais em um jantar em um restaurante? Espero que seja com mais complacência que a usada para julgar Aristóteles nestas linhas ●

*José Machado Moita Neto é professor do Departamento de Química/UFPI, Doutor em Química pela UNICAMP. É aluno do Curso de Filosofia da UFPI.